



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CHEDNER SAINT LOUIS

Análise da evolução da economia Haitiana entre 1980 e 2010: uma investigação
sobre os seus principais obstáculos

Florianópolis

2024

CHEDNER SAINT LOUIS

Análise da evolução da economia Haitiana entre 1980 e 2010: uma investigação
sobre os seus principais obstáculos

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Pádua Dos Santos.

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborado pelo autor através do programa de geração automática Biblioteca Universitária do UFSC

Saint Louis, Chedner

Análise da evolução da economia Haitiana entre 1980 e 2010: uma investigação sobre os seus principais obstáculos
Saint Louis ; orientador, Fabio Padua Dos Santos, 2024.

55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Crescimento econômico. 3. Fraqueza Intitucional. I. Dos Santos, Fabio Padua . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Chedner Saint Louis

Análise da evolução da economia Haitiana entre 1980 e 2010: uma investigação
sobre os seus principais obstáculos

Florianópolis, 15 de março de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jean Samuel Rosier, Me.
Instituição FURB

Gustavo Gatto Gomes, Me.
PPGRI/UFSC

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de
Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia
por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.
Orientador (a)

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho a Deus que me presenteia todos os dias com a energia da vida, que me dá forças e coragem para atingir os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fabio Pádua dos Santos por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

A todos os meus professores do curso de ciências econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos meus pais Levelt Saint louis e Fleusinette Chancy que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Agradeço à minha esposa Islande Nozil Saint Louis e a minha filha Lande Chednaica Saint Louis por compreenderem as várias horas em que estive ausente por causa do desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho oferece uma curta análise dos principais constrangimentos ao crescimento da economia haitiana entre 1980 e 2010. Interroga-se sobre as principais restrições que justificam o baixo nível de desenvolvimento económico no Haiti durante este período. Para tanto, a pesquisa se apoia em duas perspectivas sobre os desenvolvimentos econômicas. A Teoria Institucionalista de Douglas North e no enfoque histórico-estrutural da CEPAL. Para a análise empírica, recorre a dados oficiais do governo do Haiti, bem como a relatórios técnicos da CEPAL sobre o Haiti. Dentre os principais obstáculos identificados destacam-se: instabilidade política, que é medida pelo índice de direitos políticos, tem um impacto negativo no crescimento económico; a Corrupção e impunidade têm efeitos negativos sobre crescimento económico no Haiti; instabilidade macroeconômica que tem em conta leva em conta o nível de inflação, a taxa de câmbio e o grau de abertura da economia, influencia crescimento negativo; Catástrofe naturais e nível da educação.

Palavras-chave: Haiti; Crescimento econômico; Estado.

ABSTRACT

This paper provides a brief analysis of the main constraints to the growth of the Haitian economy between 1980 and 2010. It questions the main restrictions that justify the low level of economic development in Haiti during this period. For this purpose, the research relies on two perspectives on economic developments. The Institutional Theory of Douglas North and the historical-structural approach of the ECLAC. For the empirical analysis, it uses official data from the Haitian government, as well as technical reports from ECLAC on Haiti. Among the main obstacles identified are: political instability, measured by the index of political rights, which has a negative impact on economic growth; Corruption and impunity, which have negative effects on economic growth in Haiti; macroeconomic instability, which takes into account the level of inflation, the exchange rate, and the degree of openness of the economy, influences negative growth; Natural disasters and the level of education.

Keywords: Haiti; Economic Growth; State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Haiti	32
Figura 2 – Índice de evolução do PIB do Haiti: 1980-2010.....	34
Figura 3 - Taxa de Variação do PIB e do Investimento no Haiti: 1980-2010.	35
Figura 4 - Índice de evolução da balança comercial do Haiti: 1980-2010.....	35
Figura 5 - Evolução da Taxa de Inflação: 1980-2010.	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Governos Hatianos (1971-2014)	19
Quadro 2 – A taxa cambial (Gourdes por 1 dollar)	41
Quadro 4 – Frequência e impacto dos desastres naturais	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRH	Banco da República do Haiti
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHSI	Instituto Haitiano de Estatística e Informática
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organizações das Nações Unidas
PIB	Produto interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
MEF	Ministere de L`economie e des finances
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CARICOM	Comunidades dos Caribenhos e o Mercado Comum do Caribe
IPC	Índice de preço ao consumidor
OIM	Organizações Internacional dos Imigrantes
PMD	Países menos desenvolvidos
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDE	Investimento Estrangeiro Direto
MICT	Ministere Interieur et Collectivites Territoriales
ONGs	Organizações Não-Governamentais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. TEMA E PROBLEMA	16
1.2. OBJETIVOS	18
1.2.1. Objetivo geral	18
1.2.2. Objetivos específicos	19
1.3. JUSTIFICATIVA	19
1.4. METODOLOGIA.....	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1. INTRODUÇÃO À MODERNA TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	23
2.2. A TEORIA INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	24
2.3. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	27
2.4. O DESENVOLVIMENTO COM PROCESSO INTEGRAL	29
3. EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONOMICA DO HAITI	31
3.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO HAITI	31
3.2 A EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS VARIÁVEIS ECONÔMICAS DO HAITI	33
3.3. POLÍTICA ECONÔMICA E REFORMAS ESTRUTURAIS	37
3.3.1. Política fiscal	38
3.3.2. Política monetária	40
3.3.3. Política de cambial	41
3.3.4. Reformas estruturais	42
4. FRAQUEZA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E EVENTOS EXTREMOS	44
4.1. CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE	44
4.2. NIVEL EDUCACIONAL	46
4.3. DESASTRES NATURAIS.....	47
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

O crescimento econômico é vital para as economias em desenvolvimento, sendo este processo determinante para que convirjam com as fronteiras tecnológicas e de bem-estar das economias avançadas. Tal crescimento contribui para a obtenção de outros objetivos econômicos, como maior emprego e melhor distribuição de renda e riqueza. Mantido em bases sustentadas, o crescimento pode ainda ser conciliado com a estabilidade econômica, de modo que um processo fortaleça o outro. Este trabalho procurou estudar a estrutura e o dinâmica da economia do Haiti, avaliando seu impacto sobre o crescimento econômico do País. Para tanto, analisou a evolução dos principais indicadores econômicos ao longo do tempo comparando com a América Latina e o Caribe.

1.1. TEMA E PROBLEMA

O mundo é formado por economias de todas as formas e tamanhos. Há países muito ricos e há países muito pobres. Alguns crescem rapidamente e outras simplesmente não crescem. O objetivo comum de qualquer governo dentro de determinada comunidade deveria garantir o bem-estar social de sua população. Para atingir esse objetivo, os governos de sociedades modernas se valem de políticas econômicas. (JONES,2014, p.3).

O crescimento econômico sempre foi foco de muitos debates. Diferentes modelos de crescimento clássicos, neoclássicos, para citar apenas alguns, vieram à tona propondo soluções para problemas ligados ao crescimento, mas, as disparidades entre as economias continuam a existir. O crescimento geral da renda é certamente uma condição necessária para garantir a prosperidade, mas não é suficiente. Para que o crescimento da economia também beneficie os pobres, mecanismos de redistribuição de renda precisam ser implementados, por exemplo, sistemas tributários favoráveis, bem como programas sociais e gasto público mais direcionados não apenas para garantir recursos aos pobres, mas também e, acima de tudo, para garantir que os menos favorecidos da sociedade tenham o acesso as oportunidades econômicas melhoradas.

O sistema tributário haitiano gera apenas para o Estado recursos limitados e tende a ser regressivo. Além disso, as despesas públicas atribuídas a saúde,

educação e proteção social permanecem limitados, reduzindo assim a possibilidade das autoridades públicas para prestar serviços e proporcionar igualdade de oportunidades a todos os habitantes. Assim, na ausência do governo, serviços básicos, como cuidados de saúde e educação são assegurados principalmente por atores não governamentais, forçando as famílias a assumirem um encargo financeiro muito pesado e fornecendo uma qualidade de serviço intimamente ligada a seu nível de renda (BARTON, D.; MARY,2016).

Depois de ter mantido um ritmo de crescimento relativamente dinâmico ao longo dos anos na década de 1970, a economia haitiana entrou em uma fase de virtual estagnação em 1981 que durou até 1982. Os resultados daquele ano foram fortemente influenciados por fatores externos como a queda acentuada dos termos de troca e contração da demanda de alguns produtos importantes nos mercados de exportação, bem como a passagem do furacão Alien, que provocou a queda da produção agrícola. Apesar da relação dos preços externos ter melhorado em 1982. Nessas circunstâncias, o Produto Interno Bruto (PIB) ficou praticamente estagnado. Subiu apenas 0,3%, taxa semelhante à do ano anterior. Assim, pelo segundo ano consecutivo, reduziu o baixo PIB *per capita* do Haiti em cerca de 2%(CEPAL,1982).

Num contexto de liberalização comercial, as importações haitianas expressas em dólares, entre 1995 e 2002 apresentou uma taxa média de crescimento anual de 5,25% contra 7,59% para exportações cuja progressão mais rápida se deve ao crescimento de artigos manufaturados de terceirização. As importações haitianas provêm principalmente dos Estados Unidos (70%), da União Europeia (15%) e República Dominicana (7%), o que denota uma clara dependência do Haiti em direção aos Estados Unidos.

De acordo com relatório divulgado pela Comissão Econômica para a América latina e o Caribe (CEPAL,1993), a situação das finanças públicas agravou-se nos primeiros seis meses de 1991. O déficit fiscal quase dobrou, chegando a 33,6 milhões de dólares. A causa da deterioração é encontrada na coleção inferior de impostos (-5,3%) em resultado da contração generalizada da atividade econômica e agitação política. A redução de despesas (-2,6%) afetaram não só as despesas correntes, mas também o orçamento de desenvolvimento (19 milhões de dólares, equivalente a apenas 11% das despesas totais). O déficit fiscal foi financiado internamente em 71%, o que explica o crescimento de 38% dos empréstimos de curto prazo concedido pelo Banco da República à administração pública. Ao mesmo tempo, o financiamento

externo do setor público aumentou 90%, atingindo um montante de 48,4 milhões de dólares como resultado do aumento da ajuda externa. Em resposta ao agravamento do déficit fiscal, o novo governo adotou no segundo semestre um programa de estabilização através do qual as medidas relacionadas às receitas e despesas correntes eram limitadas, ao mesmo tempo que promoveu várias disposições destinadas a recuperar o controle de empresas no setor público. A execução do controle de custos foi bem-sucedida e a receita aumentou 26% ao ano anterior. Assim, no final do exercício 1991, pela primeira vez nos últimos cinco anos, foram registrados saldos positivos e o déficit global do setor público caiu de 5,6% para 4% do produto Interno Bruto.

Segundo o documento, os indicadores preliminares para o ano 2000 apontaram crescimento extremamente modesto da economia haitiana (1,2%), o que por sua vez gerou uma redução tanto no PIB per capita (-0,6%) como no rendimento nacional bruto (-0,2%); A queda deste último foi mitigada pelas ainda consideráveis receitas de remessas. O ambiente político-social afetou negativamente as precárias conquistas da estabilidade do desempenho macroeconômico dos anos anteriores, razão pela qual apresentaram franca deterioração. A inflação voltou a ultrapassar a barreira de um dígito (15,3%), o déficit fiscal subiu para quase 3% do produto interno bruto (PIB) e a taxa de câmbio sofreu uma forte depreciação (44%). O aumento da fatura de importação de petróleo, de quase 80%, foi particularmente prejudicial para a economia nacional, e obrigou as autoridades a aumentar os preços internos de combustíveis após três anos sem qualquer alteração (CEPAL, 2001).

Com o fraco desempenho da economia haitiana em termos de crescimento econômico nas últimas décadas, este trabalho se interroga sobre quais foram as principais restrições ao crescimento econômico no Haiti entre 1980 e 2010.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Investigar os principais obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico do Haiti ao longo do período de 1980 a 2010.

1.2.2. Objetivos específicos

- A. Identificar a literatura relevante sobre desenvolvimento econômico.
- B. Apresentar o quadro de evolução da economia haitiana de 1980 a 2010.
- C. Descrever os obstáculos à não superação do subdesenvolvimento da economia haitiana nesse mesmo período.

1.3. JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, o povo haitiano tem vivido uma situação indesejável. Apesar de um sentimento de orgulho nacional nascido da obtenção da independência, depois de uma longa luta pela libertação há mais de dois séculos, de uma identidade nacional forte e única e de um rico património cultural, a história do país é marcada por adversidades no campo da governabilidade política, bem-estar econômico e social e gestão dos recursos naturais.

O Haiti tem enfrentado instabilidade política desde a sua independência, em 1804. A violência extrema, a pobreza, Dívida e intervenção estrangeira, os desastres naturais e Políticas de ajuste estrutural que estimulam a importação e impedem que o Estado financie a economia nacional são alguns dos fatores que contribuem para a instabilidade do país, a estabilidade permanece frágil devido às mudanças frequentes no governo e atrasos repetidos de execução de calendários eleitorais (ver Quadro 1). Observadores concordam que os haitianos percebem conflitos políticos e econômicos como um jogo de soma zero que faz vencedores e perdedores ao mesmo porções. As queixas levam ao conflito. Nós podemos pensar que o desenvolvimento do capital social e o estabelecimento de um clima de confiança na sociedade haitiana sofrem muito com esses conflitos de distribuição. Esta situação prejudica o bom entendimento entre grupos e coesão social a nível nacional. Marginalizados e privados de canais eficazes para afirmar suas demandas e expressar suas necessidades, os cidadãos não tiveram escolha senão sair às ruas para protestar, às vezes violentamente.

Quadro 1 – Lista dos presidentes haitianos (1971-2014)

Ordem	Presidente	Período	Duração
-------	------------	---------	---------

1	Jean-Claude Duvalier	4/1971 à 2/1986	15 anos
2	Henri Namphy (junta civil/militar)	2/1986 à 8/1988	2 anos
3	Leslie F. Manigat	2/1988 à 6/1988	4 meses
4	Henri Namphy (junta militar)	6/1988 à 9/1988	3 meses
5	Prosper Avril (junta militar)	9/1988 à 4/1990	20 meses
6	Hérard Abraham (junta militar)	3 dias em 4/1991	3 dias
7	Ertha Pascal Trouillo	4/1990 à 2/1991	10 meses
8	Jean-Bertrand Aristide	2/1991 à 9/1991	7 meses
9	Joseph C. Nérette	10/1991 à 5/1992	7meses
10	Sem Presidente	6/1992 á 5/1994	11meses
11	Émile Jonassaint	6/1994 à 9/1994	3 meses
12	Jean-Bertrand Aristide	10/1994 à 2/1996	16 meses
13	René Prével	2/1996 à 2/2001	5 anos
14	Jean-Bertrand Aristide	2/2001 à 2/2004	3 anos
15	Boniface Alexandre	2/2004 à 5/2006	2 anos
16	René Prével	5/2006 à 5/2011	5 anos

Fonte: Banco Mundial e Medias Internacionais

Por muito tempo considerado o país mais pobre do Hemisfério Ocidental por razões de herança colonial e estruturais, os acontecimentos dos últimos vinte anos pesaram ainda mais este fardo. Economicamente, as condições do país deterioraram-se continuamente entre 1980 para 2010. Se, no início do século XX, o país podia contar com sua produção agrícola, que representava mais de 70% do produto interno bruto, dos quais 50% vinham somente do café, atualmente as dificuldades políticas e sociais fazem a economia declinar. A renda per capita real caiu pela metade desde o início dos anos 1980; a deterioração dos recursos naturais do país não diminuiu (desmatamento, erosão do solo, poluição da água e poluição urbana); a capacidade do Estado de exercer suas funções de provedor de serviços sociais, segurança, estado de direito e desenvolvimento de infraestrutura está seriamente comprometida, e quase todos os indicadores sociais apontam para evidência de declínio adicional (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

Nesse contexto desfavorável, a migração tornou-se para os haitianos a via de acesso a uma vida melhor. O Haiti experimenta uma taxa de migração interna alta, em particular um êxodo rural alimentado através da busca de melhores oportunidade e acesso à serviços. Além disso, ao longo do vigésimo século, muitos partiram para o exterior por razões políticas e econômicas, que levou para a criação de uma grande diáspora. A grande maioria dos haitianos que continuam a emigrar hoje opta por esta

solução porque não consegue encontrar trabalho em seu país. Esta diáspora é uma fonte importante de remessas de renda do exterior, e o Haiti é, de todos os países da América Latina e Caribe, o país que possui a maior proporção desta fonte de recursos em termos de PIB. (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

Nesse contexto histórico, o período que seguiu o recente terremoto provou ser comparativamente estável. O terremoto de 12 de janeiro de 2010 causou a morte de 220.000 pessoas, forçou deslocamento de 1,5 milhão de pessoas, e provocou destruição de um valor equivalente a 120% do PIB. Entre 1971 e 2013, a economia do Haiti tem sofrido muitos choques que prejudicam seu crescimento. De todos os países do Caribe, o Haiti é o que mais sofre por desastres naturais por quilômetro quadrado. Em 2008, tempestades tropicais e furacões causaram perdas para país estimadas em 15% do PIB (BARTON, D.; MARY,2016).

Sem demora, a partir destas discussões, ainda em estágio inicial e com reduzidas evidências empíricas, este estudo busca contribuir para a melhor compreensão sobre crescimento econômico no Haiti, ao destacar fatores que explicam o baixo desempenho econômico do país, como também, procura fornecer subsídios à elaboração de melhores políticas e estratégias de desenvolvimento.

1.4. METODOLOGIA

Quando nos referirmos ao conhecimento científico, significa que se busca a veracidade dos fatos. Para que isto seja possível, é necessário o domínio de técnicas que possibilitam a veracidade dos fatos. Método significa “caminho para se chegar a um fim” (GIL, 2002, p.31). De todo modo, o método científico pode ser entendido como uma ferramenta para se verificar a verdade na ciência, ou ainda, um “conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento” (GIL, 2002, p.31).

No caso, a monografia seguirá a pesquisa bibliográfica, pois o foco estará em materiais já publicados, o que permite estudar os fatos históricos, que são essenciais para entender todo o processo econômico e social, possibilitando efetuar análises com fundamentação teórica.

Já a coleta e análise de informações estarão baseadas em fontes primárias, como: bases de dados, bancos de dados, decretos oficiais e documentos governamentais, sendo que, as principais bases utilizadas serão: Banco da República

do Haiti (BRH), Instituto Haitiano de Estatístico e de Informática (IHSI), Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organizações das Nações Unidas (ONU). Entre as fontes secundárias estão: artigos, livros, revistas e teses. A qualidade e validade das fontes serão avaliadas ao longo do trabalho, a fim de fazer uma análise imparcial e rigorosa do assunto. O trabalho é baseado em fontes que ajudaram a abordar os aspectos do assunto de uma forma multidisciplinar, o máximo para atingir os objetivos da óptica deste trabalho.

O segundo capítulo consiste na revisão teórica da pesquisa. Nesta parte do trabalho procura-se, para compreender o desenvolvimento haitiano, propor um diálogo entre o estruturalismo latino-americano, a partir de Celso Furtado (1980) e Octávio Rodríguez (2009), e a perspectiva institucionalista de Douglas North (1990).

O terceiro capítulo, por sua vez, através de uma revisão de literatura, faz uma breve exposição da história do Haiti, desde a independência em 1804 até o período 2010. Em seguida, faz uma descrição dos principais indicadores econômicos do país. Por fim, discorre sobre as políticas fiscal, monetária e cambial implementadas no período, dando destaque as reformas estruturais que elas implementaram.

No quarto capítulo, analisando os documentos publicados pelas organizações internacionais como Cepal, Banco Mundial, Nações Unidas), identificam-se os obstáculos da economia Haitiana que levaram à não superação do subdesenvolvimento, destacando a relação entre corrupção e impunidade, baixo nível educacional e as ocorrências de desastres naturais.

Por fim, nas considerações finais, indicam-se algumas propostas para que o possa superar o subdesenvolvimento de modo a oferecer serviços essencial para à sociedade e diminuindo assim as frustrações do povo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o referencial teórico de crescimento econômico. Seção 2.1 apresenta uma introdução à moderna teoria do crescimento econômico, na seção 2.2 apresentamos o Estado e sua relação com a economia, na seção 2.3 apresentamos os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, na seção 2.4 apresentamos o desenvolvimento como processo integral.

2.1. INTRODUÇÃO À MODERNA TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Inicialmente os estudos sobre crescimento econômico a partir da teoria economia moderna deram origem a duas classes de modelos estilizados de desenvolvimento que se destacam. A primeira é composta de modelos de crescimento exógeno, baseados em Ramsey (1928), Solow (1956), Swan (1956). Estes modelos desenvolveram um esquema teórico em que o crescimento econômico é explicado pela relação entre poupança e capital. Na versão mais simples do modelo de Solow, o PIB per capita é função crescente da proporção entre capital e mão-de-obra e do estado de tecnologia, onde, no equilíbrio do estado estável, o capital, o produto e a mão-de obra crescem todos a mesma taxa, dada pela taxa exógena de crescimento populacional.

Já a segunda classe é formada pelos modelos de crescimento endógeno, baseados em Romer (1986) e Lucas (1988). Estes modelos sugerem que a contribuição do capital para o crescimento é subavaliada no modelo tradicional de Solow, dado que existem fatores externos no uso do capital. A ideia básica desses autores é que os investimentos em capital, seja físico ou humano, criam externalidades positivas. Portanto, os investimentos aumentam não somente a capacidade produtiva da empresa investidora ou do trabalhador, como também a capacidade produtiva de outras empresas similares dentro de um mesmo ambiente econômico. Decorre daí o surgimento da base teórica fundamental da teoria do crescimento endógena sobre os rendimentos crescentes em produção. Ao contrário das teorias tradicionais, que estabelecem rendimentos decrescentes e exogeneidade de vários fatores, tais como capital humano, tecnologia, investimentos governamentais, etc., na nova teoria os rendimentos crescentes asseguram a sustentação do crescimento econômico de longo prazo. A confrontação de modelos

de crescimento endógeno e exógeno, demonstrando suas viabilidades e possíveis limitações, torna-se de extrema significância para a formação de estratégias de crescimento econômico sustentável no longo prazo, na medida em que fornece aos formuladores de política econômica base teórica e para o direcionamento de novas políticas que possibilitam uma melhor alocação dos recursos públicos e o estabelecimento de políticas específicas para o crescimento econômico de longo prazo.

Apesar dos avanços analíticos sobre as variáveis que determinam o crescimento econômico no longo prazo, o peso da história e o papel do Estado na trajetória de crescimento dos países permaneceram fora do escopo da moderna teoria econômica até os aportes da teoria institucional de Douglas North.

2.2. A TEORIA INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Estado desempenha um papel central nas ideias de North, definindo e aplicando a base legal da sociedade, influenciando diretamente suas regras formais e estrutura de propriedade. Para North, as tradicionais do Estado, marxistas ou contratualistas, seriam deficientes, por não considerarem adequadamente a evolução das formas de propriedade.

Seu modelo de Estado envolve a interação entre rulers e constituents, com estes últimos cedendo parte de seus direitos em troca de serviços estatais. A eficiência econômica está ligada à capacidade dos governados de restringir a taxa dos governantes e à minimização dos custos de transação (Gala, 2003, p284).

North não considera que a democracia seja um sistema político ideal, no sentido ser um sistema político que maximize o produto econômico de uma sociedade, apesar de considerá-la um avanço.

O conceito central para a prosperidade segundo North é o de "instituições eficientes". Uma instituição eficiente é definida como aquela "capaz de igualar o retorno privado ao retorno social das atividades econômicas dos agentes de uma dada sociedade" (Gala, 2003, p. 284).

Essas instituições estimulam investimentos produtivos ao garantir direitos de Propriedade bem definidos e uma aplicação da lei eficaz, exemplos destes arranjos institucionais eficientes seriam as empresas de capital aberto, as leis de patentes, a abolição do servilismo. Ao longo de sua trajetória, North evolui em sua compreensão da origem das formas de propriedade, passando de uma visão simplista baseada em cálculos de custo-benefício para uma que reconhece a influência dos governos na determinação da estrutura de propriedade. Na análise de North, sistemas políticos disfuncionais podem gerar arranjos de propriedade ineficientes. Além disso, ele introduz o conceito de eficiência adaptativa, segundo o qual "uma sociedade será mais eficiente quanto maior for sua capacidade de se adaptar a adversidades ao longo do tempo" (Gala, 2003, p.284).

O modelo de 1990 de North representa o ápice de sua contribuição teórica. Ele transcende a análise histórica para estabelecer uma teoria das instituições econômicas. A incerteza é o conceito fundamental, dificultando as transações econômicas e levando aos custos de transação. North destaca dois tipos de custos de transação: de medição e de aplicação da lei.

As instituições surgem como elementos centrais (no modelo de North) para reduzir esses custos de transação: "Estas, ao reduzirem os custos de transação, atenuando o problema da incerteza, facilitarão a coordenação econômica e social" (Gala, 2003, p. 287).

Elas podem ser formais (leis) ou informais (normas sociais). Organizações surgem em resposta à matriz institucional, e suas interações moldam a evolução das sociedades. O modelo enfatiza a dependência do caminho histórico e argumenta que as instituições ineficientes podem persistir devido a retornos crescentes. Essa concepção gradualista influencia o desempenho econômico ao longo do tempo, demonstrando que as decisões passadas têm um forte impacto no presente. Em resumo, o modelo proposto por North destaca a importância das instituições na coordenação das atividades humanas e na determinação do desempenho econômico das sociedades. (Gala, 2003, pp.285-291)

Considerando essas observações, as implicações da instituição na análise econômica contemporânea podem ser sintetizadas da seguinte maneira: os modelos econômicos e políticos são adaptados a conjuntos específicos de restrições institucionais que variam significativamente ao longo do tempo e entre diferentes

economias. Esses modelos são sensíveis às alterações nessas restrições, exigindo uma consciência aguçada das mesmas tanto para o desenvolvimento teórico quanto para a formulação de políticas públicas. É crucial entender que as restrições institucionais moldam o ambiente operacional das organizações, influenciando assim a interação entre as regras do jogo e o comportamento dos agentes. Por exemplo, se as organizações (empresas, sindicatos, grupos agrícolas, partidos políticos, comissões no congresso) se dedicam a atividades improdutivas, isso muitas vezes é incentivado pelo quadro de incentivos proporcionado pelas restrições institucionais. Os países em desenvolvimento frequentemente enfrentam pobreza devido a um conjunto de recompensas associadas à atividade política/econômica que não favorece a produtividade.

Um modelo econômico abrangente, seja em sua abordagem macro ou micro, deve necessariamente incorporar as restrições institucionais para capturar com precisão a dinâmica da economia. A teoria macroeconômica moderna, embora reconheça a influência crítica das decisões políticas no funcionamento das economias, muitas vezes falha em abordar adequadamente esses desafios. É evidente que uma integração mais profunda entre política e economia é essencial para avançar nessa área. Isso requer uma modelagem mais sofisticada do processo político-econômico, que leve em conta as instituições específicas envolvidas e a complexa interação entre os aspectos políticos e econômicos. Apenas assim poderemos obter uma compreensão mais completa e precisa das forças que impulsionam o comportamento econômico e as políticas públicas.

A noção de dependência da trajetória é fundamental para uma compreensão analítica das mudanças econômicas de longo prazo. Esta abordagem estende os modelos de crescimento da teoria neoclássica, como o postulado da escassez/competição e os incentivos como motores da atividade econômica, mas aprimora essa teoria ao incorporar informações incompletas e modelos subjetivos da realidade, bem como os retornos crescentes típicos das instituições. O resultado é uma abordagem que visa conectar a atividade econômica em nível micro com os incentivos macroeconômicos proporcionados pelo quadro institucional. Portanto, a partir da perspectiva institucional, os impulsionadores da mudança são os ganhos potenciais que as organizações e seus empreendedores buscam ao adquirir competências, conhecimento e informações que melhorem seus objetivos. A dependência da trajetória surge dos mecanismos de retornos crescentes que reforçam

a direção uma vez iniciada em determinado caminho. A mudança de trajetória pode ocorrer devido a consequências imprevistas de escolhas, efeitos externos e, por vezes, forças externas ao quadro analítico. Sendo assim, a inversão de trajetórias, seja da estagnação para o crescimento ou vice-versa, pode resultar das fontes de mudança de trajetória descritas acima, mas geralmente ocorre por meio de mudanças políticas e econômicas (Rodriguez, 2009, pp.625)

Nessa perspectiva, a história econômica da América Latina tem perpetuado as tradições centralizadas e burocráticas herdadas da influência espanhola/portuguesa. A natureza intervencionista e frequentemente arbitrária do ambiente institucional tem levado todas as empresas, tanto urbanas quanto rurais, a operarem de maneira altamente politizada, recorrendo a redes de parentesco, influência política e prestígio familiar para obter acesso privilegiado a crédito subsidiado, manipular estratégias de recrutamento de mão de obra, cobrar dívidas ou fazer cumprir contratos, e até mesmo evitar ou contornar impostos. O sucesso ou fracasso na esfera econômica tem sempre dependido da relação do produtor com as autoridades políticas locais para encontrar soluções favoráveis e com o governo central para obter interpretações benevolentes das leis de intervenção em nível local. (Rodriguez, 2009, pp.625-635)

Apesar da teoria institucional do desenvolvimento econômico representar grandes avanços no paradigma da moderna teoria economia, desde uma perspectiva latino-americana, o processo de modernização capitalista, que historicamente significou a incorporação da racionalidade instrumental no tecido social, envolveu um grande choque cultural com relação aos hábitos e comportamentos dos povos originários a partir do qual as heranças institucionais do passado colonial se tornaram em fontes de apropriação de excedentes pelos países desenvolvidos. A Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado auxilia apreender esse caráter desigual.

2.3. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

De acordo com Celso Furtado (1980, p. 1): "As raízes da ideia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII."

A primeira delas está associada ao Iluminismo, que concebe a história como um avanço progressivo em direção ao racional. A segunda emerge da ideia

de acumulação de riquezas, implicando implicitamente em um futuro promissor de bem-estar. Por fim, a terceira surge da concepção de que a expansão geográfica e influência europeia representam para outros povos da Terra, implicitamente considerados "atrasados", o acesso a uma forma superior de civilização (FURTADO, 1980, p.1).

De acordo com Celso Furtado (1980), no contexto da ideia de progresso, contemporaneamente, o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado com dois significados diferentes. No primeiro, se relaciona ao aumento de produtividade: "à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do trabalho" (Furtado, 2000, p. 21). Este aumento de produtividade, por sua vez, estaria associado à divisão do trabalho: "Se a divisão do trabalho é um horizonte aberto à criatividade humana, suas possibilidades aumentam consideravelmente quando, às tarefas que se realizam simultaneamente, adicionam-se ou substituem-se outras que podem ser distribuídas num período de tempo mais ou menos longo. Quem utiliza um instrumento divide o trabalho com outros que no passado contribuíram direta ou indiretamente para produzir o referido instrumento" (Furtado, 2000, p. 21). Já no segundo sentido, desenvolvimento diz respeito à satisfação das necessidades humanas. Como Furtado admite, entretanto, há muita ambiguidade ao se considerar quais são estas necessidades humanas. Existem critérios relativamente objetivos, relacionados à satisfação de necessidades humanas básicas, como alimentação, vestuário e habitação. Mas para além destas necessidades humanas básicas, a ideia de "necessidades humanas" se torna muito mais ambigua e subjetiva).

No entanto, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: o aumento da eficácia do sistema social de produção, a satisfação das necessidades básicas da população e a realização de objetivos almejados por grupos dominantes na sociedade, competindo pela alocação de recursos escassos (Furtado, 1980.p18).

Portanto, se se leva em conta as distinções de Furtado entre crescimento e desenvolvimento econômico à luz da ideia de progresso, nota-se que o subdesenvolvimento não pode ser considerado com um estágio de desenvolvimento na transição entre sociedades atrasadas e modernas como está implícito nas

modernas teorias do crescimento bem como na teoria institucional de Douglas North. A partir da perspectiva estruturalista da CEPAL subdesenvolvimento deve ser compreendido como “[...] uma situação particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.” (FURTADO, 1967, p. 167).

2.4. O DESENVOLVIMENTO COM PROCESSO INTEGRAL

O desenvolvimento integral é um processo contínuo e multidimensional que envolve o crescimento e progresso em todas as áreas da vida. É um processo que começa no nascimento do indivíduo e se estende por toda a vida. Em particular, foram observadas deficiências significativas no que diz respeito ao agravamento da heterogeneidade estrutural e dos problemas relacionados ao emprego, pobreza e exclusão social. Novas avaliações confirmam esses pontos de vista, destacando como questões principais a serem resolvidas a frequente estagnação das taxas de crescimento econômico e produtividade, os altos níveis de informalidade urbana e desemprego, a deterioração da distribuição de renda e a emergência de problemas relacionados à coesão social e à governabilidade (RODRIGUES, 2009, pp.625).

Na prática, isso

... implica algo mais que a mera complementaridade entre políticas econômicas, políticas sociais, de ordenamento democrático e também ambientais. E sim possível e condizente é ver o desenvolvimento como uma totalidade em movimento, a cujo movimento não é alheia a intencionalidade. E isto tanto pela relevância da ação de certos agentes-chave quanto pelo papel do estado no impulso de políticas nos âmbitos mencionados, que podem denominar-se “estratégias de transformação estrutural” (Rodriguez, 2009, pp.626)

Na tradição do estruturalismo latino-americano, a visão integral do processo de desenvolvimento, representada pelas estratégias de transformação estrutural, parte do contexto institucional. Essa abordagem abrange, além dos aspectos econômicos, os domínios social, político e cultural do processo de desenvolvimento. Além disso, do ponto de vista de países subdesenvolvidos, como os da América Latina e do Caribe, certas características distintivas emergem nesses domínios. Um exemplo digno de nota é a presença e a persistência de uma dicotomia fundamental: a dicotomia entre inclusão e exclusão. Isso se manifesta na diferenciação entre atores, grupos e classes que exercem influência (embora de maneira diferenciada) na esfera social e aqueles que estão à margem dela, com oportunidades de participação

limitadas e subordinadas. É importante ressaltar que essa divisão não é definitiva em si mesma, pois está sujeita às peculiaridades da estrutura social e às possibilidades de mudança ao longo do tempo. No entanto, esse fenômeno desempenha um papel significativo na formação das estruturas de poder político, moldando os fundamentos sociais que as sustentam. Da mesma forma, pode-se admitir que a heterogeneidade social e as estruturas de poder frequentemente se sobrepõem em sua aplicação (Rodriguez, 2009).

Mesmo na condição de subdesenvolvimento, a introdução do progresso tecnológico resulta na emergência de novas complementaridades entre atividades econômicas e/ou empresas. Essas complementaridades favorecem o desenvolvimento com diferentes graus de interconexão. No entanto, a emergência de novas complementaridades muitas vezes compromete outras que foram previamente desenvolvidas, afetando assim a eficácia produtiva e a sobrevivência de certos conjuntos de atividades e empresas, ou de partes consideráveis desses conjuntos, engendrando diferentes dinâmicas no processo de desenvolvimento que se expressam em formas interação entre variáveis macroeconômicas bastante particulares (Rodriguez, 2009).

No próximo capítulo, explora-se a evolução socioeconômica do Haiti entre 1980 e 2010, destacando algumas de suas características estruturais, bem como, a gestão da política macroeconômica no período.

3. EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONOMICA DO HAITI

O presente capítulo está dividido em três seções, a primeira apresenta o perfil do República do Haiti; a segunda apresenta as tendências evolutivas dos principais indicadores da economia haitiana durante o período 1980-2010 e, por fim, a última seção analisa as políticas econômicas: Fiscais, Monetário e Cambiais do Haiti para o mesmo período.

3.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO HAITI

A República do Haiti é um país localizado no continente americano, na região do Caribe, ocupando uma área de 27.750 km² e compartilhando a ilha Hispaniola com a República Dominicana. Situa-se a aproximadamente 80 km de Cuba e cerca de 1000 km de Miami, nos Estados Unidos. O país faz fronteira ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o Mar do Caribe, a oeste com o Golfo do México e a leste com a República Dominicana. Tornou-se o segundo país independente do continente americano e ocupa o 148º lugar em extensão territorial. Seus recursos naturais incluem bauxita, cobre, carbonato de cálcio, ouro, mármore e recursos hídricos. Com uma população de aproximadamente 10,32 milhões de habitantes em 2013, dos quais 48,7% são alfabetizados, possui uma expectativa de vida de 62,4 anos, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2014). A maioria da população, cerca de 95%, é composta por negros, descendentes de escravos africanos, enquanto os mulatos e brancos representam cerca de 5%. A língua oficial do país é o crioulo, sendo o francês também amplamente falado. Port-au-Prince, a capital, é a cidade mais importante, com uma população de cerca de três milhões de habitantes. Outras cidades significativas incluem Cap-Haïtien (no Norte), Gonaïves (no Noroeste), Cayes (no Sul) e Jacmel (no Sudeste).

A história do Haiti é marcada pela luta pela igualdade. Desde a sua independência em 1804, o país tem buscado concretizar o sonho da liberdade e igualdade, como expresso na sua primeira Constituição. Tornou-se um símbolo de luta e emancipação. No entanto, mais de dois séculos após sua independência, o Haiti continua enfrentando desafios para alcançar uma trajetória de prosperidade compartilhada. Muitos tratados internacionais, abrangendo áreas civis, políticas, econômicas e sociais, aos quais o Haiti aderiu, não são devidamente respeitados, e o

Estado continua enfrentando dificuldades financeiras. Historiadores haitianos, como Thomas Madiou (1814-1884), Beaubrun Ardouin (1796-1865), Joseph Saint-Rémy (1815-1858) e L'Instant Pradine (1812-1883), destacam que a história do Haiti é pouco conhecida, tanto dentro como fora do país, apesar da existência de numerosos escritos e referências disponíveis. A análise desses historiadores pode servir como ponto de partida para reflexões sobre o impacto dessa história no presente, visando uma melhor compreensão das soluções necessárias para os desafios atuais.

Figura 1 - Mapa do Haiti



Fonte: UNHCR, Global Insight digital mapping. © 1998 Europa Technologies Ltd.

O Haiti é um país cuja história e trajetória mundial foram marcadas por uma ruptura corajosa contra o sistema escravagista no início do século XIX, especificamente em 1804, quando se tornou o primeiro país negro livre e independente do mundo através da Revolução Haitiana. No entanto, a França, juntamente com outras potências econômicas mundiais, recusou-se a aceitar a independência do Haiti. Vinte e um anos depois, em 1825, sob ameaça de invasão militar com o objetivo de restaurar a escravidão, a França obrigou o Haiti a pagar uma dívida conhecida como a “Dívida da Independência do Haiti”. O Rei Charles X unilateralmente impôs ao Haiti o pagamento de 150 milhões de francos-ouro à França para reconhecer sua independência. O governo de Broyer foi obrigado a aceitar essa imposição para evitar uma possível invasão francesa, pois o ultimato da França incluía

o bombardeio de Porto Príncipe com 14 navios de guerra e 528 armas. O país levou quase um século para pagar essa dívida, contraindo ainda outras, pois os governos haitianos precisavam fazer empréstimos para cumprir as exigências de pagamento, prejudicando os investimentos em educação, saúde e infraestrutura. (Gaillard-Pourchet, 2019).

O valor da dívida foi calculado com base no rendimento das propriedades antes das guerras de independência, representando cerca de 15% da receita anual da França e equivalendo a dez anos de receita fiscal do Haiti. Com o bloqueio econômico após a conquista de sua independência, o Haiti não tinha condições de arcar com essa dívida. O presidente do Haiti na época começou a fazer empréstimos, como o realizado em outubro de 1825, no qual obteve 30 milhões de francos com uma taxa de juros de 6% ao ano, considerada elevada naquele contexto (Gaillard-Pourchet, 2019).

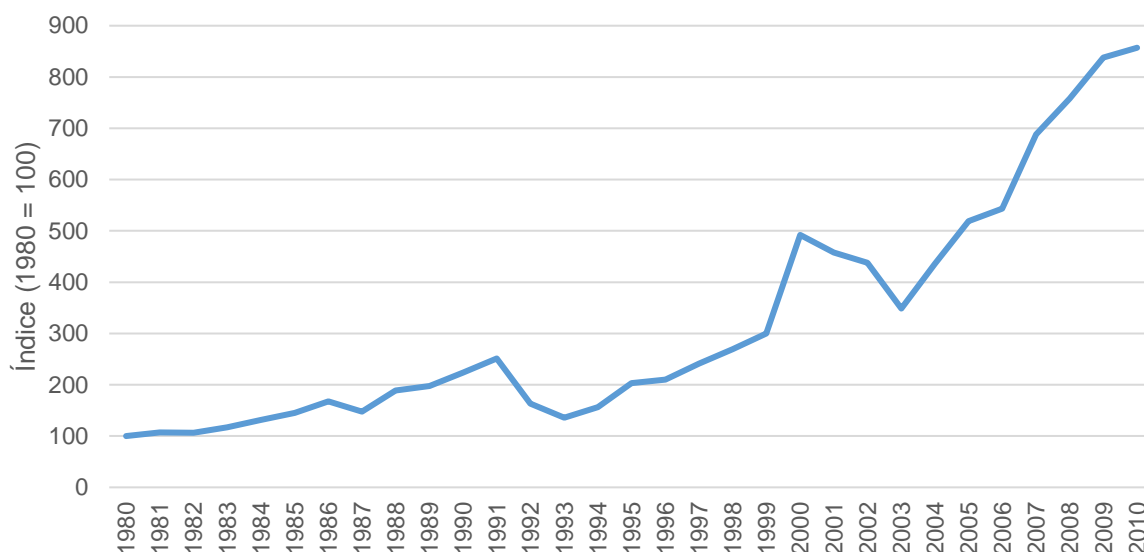
A guerra civil que eclodiu no Haiti em 1867-1870, durante o governo de Sylvain Salnave, impossibilitou o pagamento da dívida da independência. É importante dizer que entre 1970 e 2007 o estoque da dívida aumentou 32 vezes. Enquanto isso, o Haiti pagou 39 vezes o equivalente ao que devia em 1970. O que divide são os ciclos dos pagamentos, exemplo: quando o Haiti começou a pagar a França em 1825 e terminar de pagar no 1893 isso pode se considera como um ciclo, marcando um ciclo de dívidas. Outro ciclo começou na década de 1900, em 1908, com o empréstimo do presidente Michel Domingues, e só foi finalizado em 1945. De 1970 a 2010, o Haiti continuou a lidar com o fardo da dívida até que esta fosse anulada após o terremoto ocorrido nesse último ano (Gaillard-Pourchet, 2019).

Portanto, o Haiti nasce sujeito a duas restrições externas. Financeiramente, condicionado pela dívida externa e, produtivamente. Na próxima seção analisa-se o desempenho econômico do Haiti a partir das principais variáveis macroeconômicas.

3.2 A EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS VARIÁVEIS ECONÔMICAS DO HAITI

Ao longo das últimas décadas, a economia do Haiti testemunhou uma notável expansão entre 1980 e 2010. No entanto, como se pode observar na Figura 2, essa trajetória de crescimento foi interrompida por períodos de recessão claramente definidos, que coincidiram com instabilidades políticas e sociais.

Figura 2 – Índice de evolução do PIB do Haiti: 1980-2010.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

De 1980 a 1994, em um ambiente marcado por golpes militares, embargo comercial e violência, os indicadores macroeconômicos deterioraram-se significativamente. O investimento global registrou uma queda drástica, com uma taxa média anual negativa de 3,02%, resultando em uma diminuição anual do PIB real de 0,81%. Posteriormente, com o restabelecimento da ordem constitucional e uma recuperação gradual da confiança dos investidores, as atividades de investimento foram retomadas.

De 1995 a 2008, embora tenha havido um crescimento médio agregados impressionante de 30,67%, isso se traduziu em um crescimento econômico anual médio relativamente fraco de 1,92% a.a., inferior à taxa observada na década de 1970. Especialmente a partir de 1995, observou-se uma resposta insuficiente aos estímulos de investimento, contrariando as previsões da teoria econômica. Essa falta de elasticidade demonstrada pelo PIB haitiano não é um fenômeno recente.

Como se pode observar na Figura 3, a análise comparativa das taxas de crescimento do PIB e do investimento revela uma certa assimetria em termos dos efeitos induzidos por este último. Calculando a taxa de eficiência do investimento, observa-se que um aumento de 1% no investimento global gera um aumento de apenas 0,76% no PIB, enquanto uma diminuição do mesmo tamanho no investimento resulta em um declínio de 1,70% na taxa de crescimento da economia haitiana.

Figura 3 - Taxa de Variação do PIB e do Investimento no Haiti: 1971-2008.



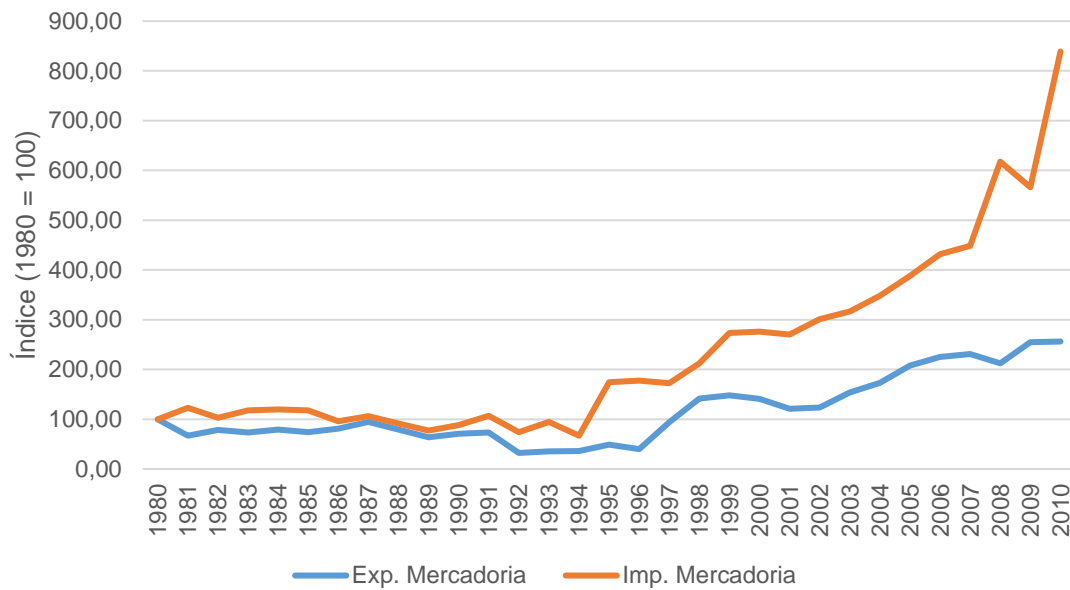
Fonte: Cahier de recherche de la BRH

É importante lembrar que a década de 1980 no Haiti foi marcada por uma mudança política significativa, com a saída do ditador François Duvalier e o início do programa de ajuste estrutural em 1986. As políticas rigorosas do FMI e do Banco Mundial foram implementadas sem levar em consideração a realidade do país. Por exemplo, do ponto de vista da política comercial, a importação de arroz americano altamente subsidiado e vendido a preços muito baixos prejudicou a produção local e perturbou gravemente a economia camponesa. (Baron,2022)

Além disso, o Consenso de Washington propunha reformas baseadas na abertura comercial, redução da intervenção estatal na economia e privatização de empresas estatais. No Haiti, isso resultou na privatização de nove empresas públicas, incluindo a TELECO, o Banco Nacional do Crédito (BNC) e a Autoridade Portuária Nacional (APN). Essas privatizações limitaram a capacidade do governo haitiano de definir tarifas e contribuíram para o declínio da produção, exacerbando os desequilíbrios comerciais (CEPAL,2005).

Como observado na Figura 4, a balança comercial registrou déficits mais profundos devido ao aumento das importações a partir de 1995. Além disso, o aumento contínuo do volume de importações e a desvalorização do gourde em relação ao dólar americano foram elementos fundamentais na explicação dos níveis de preços no Haiti.

Figura 4 - Índice de evolução da balança comercial do Haiti: 1980-2010



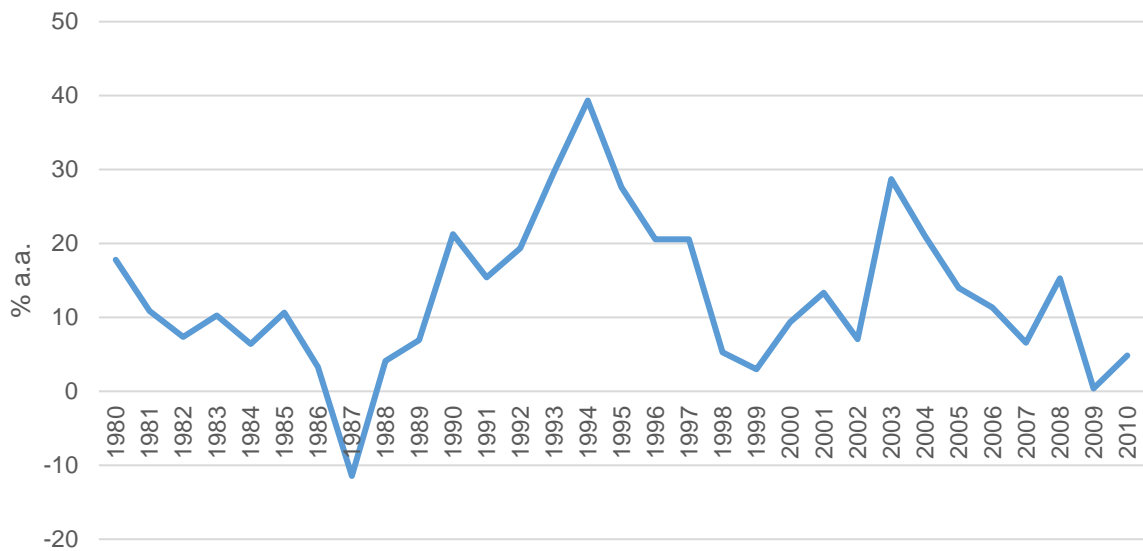
Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Como se pode observar no gráfico 4, a balança comercial aprofundou seus déficits em função do aumento das importações a partir de 1995.

Além disso, e com foco no mercado, o plano visava controlar a taxa de juros e incentivar as importações entre os países. Havia uma ideia de expandir esse conjunto de reformas para os países subdesenvolvidos, com foco no combate à pobreza, na modernização e no crescimento da industrialização (Baron, 2022). A desvalorização do gourde face ao dólar norte-americano e o contínuo aumento do volume das importações ao longo do período é um elemento fundamental para explicar o nível preços no Haiti.

Em 1980, a economia haitiana estava numa fase de inflação crescente com uma taxa em 18%. No ano seguinte, essa taxa caiu de 11%. Nos cinco anos seguintes, houve uma tendência desinflacionaria caracterizada por uma queda média de 8% ao longo dos seis primeiros anos da amostra considerada. A inflação foi negativa em 1987, com uma taxa negativa (-11%) torna-se positivo no ano seguinte (4%). Os níveis de preços subiram de 7% (1989) para 21% (1990); permanecendo a uma taxa elevada, 19% em 1992, 30% em 1993 e 39% em 1994. Entre 1994 e 1999, a inclinação apresentada por este índice está a diminuir. O nível de preços ultrapassou mais uma vez a marca dos 29%, ou seja, 29% exatamente em 2003. A inflação é um elemento nocivo que pode desestabilizar a economia (ver Figura 5).

Figura 5 - Evolução da Taxa de Inflação: 1980-2010.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Portanto, os efeitos da inflação são numerosos não só a nível micro, mas também a nível macroeconómico. No nível micro, a inflação penaliza credores, detentores de moeda, exportadores, famílias e empregados. No nível macro, a inflação geralmente aumenta o nível de preços e o aluguel. Eleva a taxa de nível de crédito e dívida; reduz os incentivos ao investimento e a eficiência do gasto público.

3.3. POLÍTICA ECONÔMICA E REFORMAS ESTRUTURAIS

Em 2009, a rápida recuperação da indústria exportadora maquiladora e as incipientes atividades de remoção de entulho, reabilitação e reconstrução ajudaram a evitar uma queda adicional do PIB. Os aumentos de preços internacionais mais significativos para a economia haitiana foram de 19% para hidrocarbonetos e 8% para alimentos, respectivamente, mas sua transmissão para a economia nacional foi relativamente desacelerada ou compensada pela ajuda humanitária em moeda internacional e uma taxa de câmbio apreciada. Por isso, a inflação global (de setembro a setembro) cresceu apenas 4,7% e a de alimentos, 5%. (CEPAL,2010).

Em termos de emprego, as políticas são orientadas para programas intensivos em mão de obra (dinheiro por trabalho) de natureza humanitária e reativação mínima do consumo das famílias mais vulneráveis em atividades de baixa qualificação e rotação de beneficiários, realizadas por diversas agências de cooperação

internacional. Também foram criados empregos temporários mais "formais" para prestar serviços relacionados com as atividades financiadas pela comunidade internacional. No entanto, o terremoto provavelmente causou uma perda líquida de empregos qualificados com a saída para o exterior de profissionais e técnicos, protegidos nas facilidades concedidas por diferentes países, levando a um superávit em conta corrente 4,3% do PIB (CEPAL, 2010).

As exportações cresceram 3,2%, e as importações, 33%, especialmente aquelas da vizinha República Dominicana, que passaram de 256 para 453 milhões de dólares, o que produziu um grande déficit comercial (43% do PIB em comparação com 29% em 2009 (CEPAL, 2010).

Com o cancelamento da dívida externa (1.325 milhões de dólares), o saldo desta foi reduzido em 36% (794 milhões de dólares contra 1.248 milhões de dólares em 2009), bem como os pagamentos por serviços, e foram liberados recursos adicionais que permitirão às autoridades transferi-los para algumas linhas orçamentárias urgentes. No final do ano fiscal de 2010, a dívida externa equivalia a 12% do PIB (19% em 2009) (CEPAL, 2011).

O terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010 teve um impacto humano, social e econômico desastroso, que resultou em uma regressão de 7% do PIB real. Da mesma forma, a recente epidemia de cólera já reivindicou cerca de 2.000 vítimas e dezenas de milhares de pacientes, em um país que ainda não se recuperou dos efeitos causados pelo terremoto (CEPAL, 2011).

3.3.1. Política fiscal

As expectativas econômicas até antes do surto de cólera estavam otimistas para 2010 e indicaram um crescimento do PIB de 9%, com uma maior recuperação de alguns dos setores fundamentais (agricultura, construção, indústria maquiladora), bem como uma maior determinação da cooperação internacional. No entanto, estas previsões foram ofuscadas pelo desafio adicional enfrentado no campo da saúde pública, que forçou a realocação de recursos, certamente em detrimento de alguns projetos de promoção da produção ou reconstrução (CEPAL, 2011)

Em 2010 o déficit público atingiu um valor equivalente a 2,9% do PIB, e a inflação ficou em 4,7% (setembro-setembro). No entanto, o aumento moderado (3,2%) nas exportações e o forte aumento (33,1%) das importações aumentaram

consideravelmente (48%) o déficit comercial (43% do PIB). No entanto, as transferências correntes de remessas e doações (totalizando 3.178 milhões de dólares) permitiram um superávit na conta corrente da balança de pagamentos (4,3% do PIB). A conta de capital beneficiou-se dos programas de perdão da dívida externa em favor do processo de reconstrução nacional (CEPAL, 2010).

Apesar das condições extraordinariamente adversas criadas pela catástrofe, o déficit orçamentário permaneceu relativamente limitado e atingiu 2,2% do PIB (1,4% em 2009) considerando as operações realizadas de forma eficaz (regime de caixa). Em termos acumulados, aumentou para 2,9% (0,3% em 2009). Seu alargamento limitado, até certo ponto surpreendente, deve-se tanto ao desempenho da receita quanto às despesas (CEPAL, 2010)

Na verdade, a receita fiscal cobriu 80% da meta orçamentária antes do terremoto, graças aos aumentos na arrecadação aduaneira (21,3%) e na tributação direta (5,1%). Como era esperado, as maiores reduções vieram dos itens diretamente relacionados ao nível de atividade econômica; por exemplo, a renda do imposto sobre o valor agregado (IVA) diminuiu 11% (CEPAL, 2010)

Em termos de despesa pública, sem esquecer uma contenção deliberada, o grau inferior de desempenho teve origem nas restrições enfrentadas pelas instâncias governamentais em termos de recursos humanos, físicos e administrativos, incluindo mortes de funcionários, destruição de escritórios e perda de equipamentos (CEPAL,2011).

Além disso, atrasos associados à implementação de certas instituições, incluindo a Comissão Provisória e o fundo fiduciário, dificultaram a execução de programas e projetos específicos, onde o desembolso relativamente lento de fundos por agências internacionais para a reconstrução (apenas 900 milhões de dólares, ou seja, 42% do que foi acordado para o ano fiscal de 2010) também constituíram um fator crucial (CEPAL, 2011)

Os resultados fiscais positivos do terceiro trimestre (abril-junho) e a assinatura em julho do ECF com o FMI permitiram que as autoridades tivessem graus de liberdade na orçamentação. Em particular, destaca-se a utilização de recursos provenientes do PETROCARIBE (163 milhões de dólares) para projetos sociais e de infraestrutura (Banco Mundial,2011).

3.3.2. Política monetária

A política monetária também adotou medidas restritivas para mitigar eventuais riscos inflacionários devido ao alto nível de liquidez na economia em 2010. Na verdade, em termos reais, a base monetária e a liquidez ampliada cresceram 37% e 17%, respectivamente, enquanto a situação provocada pelo terremoto reduziu drasticamente tanto a oferta quanto a procura de crédito. Em termos reais, o crédito interno líquido caiu 31%, contribuindo para isso tanto o setor público (-61,2%) quanto o setor privado (-9,8%), e a taxa de inadimplência subiu para 12%. As autoridades, instituições bancárias, bem como organizações internacionais (BID, Banco Mundial), empreenderam diferentes iniciativas para oferecer fundos de garantia parcial para a reestruturação das empresas mais afetadas ou potencialmente mais vulneráveis. Doadores bilaterais, incluindo a USAID, lançaram atividades semelhantes, voltadas para segmentos mais informais (CEPAL, 2011)

Por outro lado, no final de setembro, o Ministério da Fazenda e o Banco Central (BRH) realizaram a primeira emissão de títulos do tesouro no valor de 300 milhões de gourdes, com vencimento em 36 dias e 1%, visando iniciar uma substituição dos títulos do BRH e diminuir o financiamento monetário ao setor público (CEPEL, 2011)

A oferta abundante de divisas e a recuperação em 80% das remessas e doações favoreceram a valorização nominal e real do gourde, respectivamente, em 1% e 3,7% em média no ano fiscal de 2010. Esta situação também deu origem a repetidas intervenções de compra (143 milhões de dólares) pelo BRH, que aumentou as reservas internacionais líquidas para 1.140 milhões de dólares, 700 milhões a mais do que no final do ano anterior (CEPAL, 2010).

Atrasos e danos sociais pré-existentes causados pelo terremoto tornaram a política social um tema obrigatório de intervenções tanto do setor público quanto de doadores bilaterais, multilaterais e ONGs. Iniciativas públicas com fundos do PETROCARIBE e recursos próprios priorizaram três áreas (agricultura, educação e saúde), com programas que totalizaram 212 milhões de dólares. O setor da educação recebeu dois terços dos recursos através de gastos diretos e subsídios, o que permitiu a reabertura das escolas (abril), a reabilitação física de algumas escolas e a criação de locais alternativos. O considerável número de pessoas deslocadas para as cidades de província e áreas rurais promoveu uma estratégia de capacitação no setor agrícola,

a fim de evitar o agravamento das condições de vida nessas áreas. As atividades de ajuda humanitária da comunidade internacional totalizaram 2.100 milhões de dólares e abrangeram diversos setores, de acordo com a especialização das agências envolvidas. Em geral, os problemas relacionados à alimentação, saúde, habitação e educação foram os mais atendidos (BANCO MUNDIAL, 2011).

O ambiente sociopolítico no Haiti desde julho incorporou o problema das eleições presidenciais e legislativas às questões já recorrentes desde o terremoto. Entre estes, destaca-se a insatisfação com a gestão do governo para resolver a situação dos milhares de vítimas alojadas nos campos temporários, realocá-las, remover entulhos, conceber uma estratégia de reconstrução urbana para Porto Príncipe e oferecer serviços básicos para as populações mais afetadas, bem como a insegurança. Tudo isso contribuiu para aguçar o debate político entre candidatos presidenciais e o consequente questionamento do governo (CEPAL, 2010).

3.3.3. Política de cambial

A taxa de câmbio entre o gourde e o dólar americano manteve-se bastante estável no início da década de 1980, em HTG 5 para 1 dólar. Desde 1986, o BRH (Banco Central do Haiti) mantém um sistema de câmbio flutuante. Até 1999, a taxa de câmbio do gourde/dólar americano foi mantida em 16,7 gurdes por um dólar americano. O gourde então sofreu uma acentuada depreciação, com a taxa de câmbio atingindo 40,64 gurdes em 2004 e 41,35 gurdes por 1 dólar americano em 2006. No início dos anos 2000, a economia haitiana sofreu fortemente com o fenômeno da dolarização. Esta tendência é resultado de vários fatores, incluindo a instabilidade da taxa de câmbio da moeda local em comparação com a moeda dominante na região (o dólar) e a situação político-econômica.

Quadro 2 – Taxa Cambial (Gurdes por US\$ 1,00)

Anos	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Câmbio	5,00	5,00	5,00	15,11	21,17	40,45	39,8

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Desde a expiração da Convenção de 13 de maio de 1919, o valor do gourde só caiu drasticamente, embora tenha havido pequenas compensações ou estabilizações relativas. É preciso dizer que a moeda nacional começou a mostrar sinais de fraqueza a partir do final de década de 1960, como evidenciado pelas primeiras oscilações no mercado informal e pelas primeiras dificuldades na obtenção do dólar. No final da década de 1980, eram cada vez mais os casos em que o dólar era trocado por 6 a 7 gourdes. Devemos lembrar uma data importante na história do gourde, o ano de 1991, quando foi tomada a decisão de não haver mais taxa de câmbio fixa no mês de setembro. E desde então, o valor da nossa moeda só despencou.

Durante os anos do embargo (1991-94), a queda do gourde se acelerou e o dólar era negociado a 38 gourdes em 28 de agosto de 1994. A moeda subiu graças à recuperação da ajuda internacional para o retorno de Jean-Bertrand Aristide, a oscilar em torno de 16 a 17 gourdes até 1999-2000. Depois, a descida ao inferno recomeçou sob a nova presidência de Aristide onde, num contexto de grave turbulência política, flertamos com o limite de 50 gourdes antes da sua queda em janeiro de fevereiro de 2004, caindo para 38 gourdes em 2007 por um dólar. Em setembro de 2011, eram necessários 40 gourdes por um dólar.

3.3.4. Reformas estruturais

Empresas Públicas são criadas por vários motivos, mas principalmente para alcançar objetivos sociais que o mercado não é capaz ou não está disposto a cumprir. No Haiti, como na grande maioria dos países, muitas dessas empresas enfrentaram períodos de perdas financeiras, sobrecarregaram o orçamento do Estado e absorveram uma parte desproporcional dos créditos internos, recursos que poderiam ter sido melhor investidos no desenvolvimento da economia. Diante dessa situação, durante a década de 1970, após o fim do padrão dólar ouro, dos consecutivos choques do petróleo e da revolução microeletrônica, o Haiti adotou programas de restauração do setor público, mas que não envolveram alterações na propriedade dessas empresas. Em geral, os resultados foram pouco satisfatórios, o que levou a uma popularidade renovada para os programas de privatização mais abrangentes (CEPAL,2008).

No âmbito das reformas estruturais do setor público, privatização da empresa cimento d'Haiti, aprovado em maio de 1997, concretizou-se com a venda de 65% do capital a um consórcio privado misto haitiano-suíço-colombiano. O declínio do emprego público (redução de 8%) durante o ano fiscal de 1999 resultou em um total de 6.398 funcionários públicos utilizando o programa de aposentadoria voluntária ou antecipada, entre outros termos. Essa diminuição reduziu o número de funcionários da administração pública para 45.956 (contra 50.158 em 1998). A reestruturação do Banco Nacional do Crédito, principal agente bancário do governo, foi realizada desde o segundo trimestre do ano fiscal de 1999, e a redução começou em novembro com a retirada de aproximadamente dois terços do pessoal envolvido. Os processos de privatização dos setores telefônicos (TELECO), eletricidade (EDH), bem como portos (APN) e aeroportos (AAN) estão em espera. Outras reformas também foram prejudicadas pela imobilização legislativa (CEPAL, 1999).

4. FRAQUEZA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E EVENTOS EXTREMOS

O presente capítulo tem por objetivo explorar os fatores institucionais e naturais que afetam a performance econômica haitiana. Para tanto, ele está dividido em três seções. Primeiramente, serão apresentados os fatores ligados à governança política e social, destacando os problemas relacionados à corrupção e impunidade no Haiti. Na sequência, será abordada a questão educacional no país. Por fim, na terceira seção, será discutida a relação entre os desastres naturais e a economia no Haiti.

4.1. CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE

A corrupção é considerada um sintoma de disfunção do aparelho público, manifestando-se através de subornos, extorsão de fundos públicos e nepotismo, como apontado por Atalas (1968). Nesse cenário, os cidadãos acabam perdendo a fé na capacidade do Estado de administrar a economia de acordo com seus interesses. De acordo com um estudo sobre corrupção e crescimento em alguns países africanos, a corrupção nas instituições públicas muitas vezes decorre da concentração de poder, do poder discricionário na gestão dos gastos públicos, da estrutura do sistema fiscal, dos baixos salários, da tentativa de desvio da dívida externa e da ajuda ao desenvolvimento. A corrupção afeta negativamente uma grande parte da esfera produtiva da economia, sendo os principais prejudicados os buscadores de serviços. As instituições públicas têm se tornado cada vez mais frágeis e incapazes de oferecer serviços básicos de qualidade à população e aos indivíduos. Nesse contexto, o índice de percepção de corrupção é utilizado como instrumento para medir o efeito quantitativo desta variável. (NAÇÕES UNIDAS, 2022)

O problema da corrupção no Haiti parece ser um mal enraizado na sociedade, cujas origens podem ser traçadas até o modelo colonial de enriquecimento em detrimento de uma economia inclusiva. A prevalência da corrupção no Haiti é tão significativa que o país é regularmente classificado entre os piores no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) publicado pela Transparência Internacional (TI). Em 2016, o Haiti ficou em 159º lugar entre 180 países, com uma pontuação de 20/100. Esse relatório destacou desafios significativos em termos de interações comerciais envolvendo o governo, aplicação da lei contra a corrupção e transparência no setor público. A única área em que o país obteve uma pontuação positiva é a capacidade

de monitoramento da sociedade civil, incluindo a compreensão do papel da mídia. No entanto, o compromisso da sociedade civil está cada vez mais limitado pelos riscos de segurança (assassinatos, intimidação, etc.), impunidade e clientelismo (NAÇÕES UNIDAS,2022).

Alguns desafios foram documentados e estudos foram realizados para promover a compreensão do flagelo da corrupção e fornecer respostas adequadas. A Estratégia Nacional de Luta contra a Corrupção de 2009 listou os seguintes fatores como origens desse flagelo: os baixos níveis salariais e as más condições de trabalho dos servidores públicos; a forte centralização na administração pública e a lentidão na prestação de serviços públicos aos usuários; a falta de reconhecimento do mérito e a prática do nepotismo; a fragilidade do sistema judicial; a não aplicação das disposições legais de prevenção e repressão à corrupção e à impunidade; a falta de transparência na gestão dos negócios do Estado; a ausência de responsabilidade por parte dos gestores públicos e a falta de regulamentação do acesso a informações públicas. De acordo com um estudo interno encomendado pelo PNUD em fevereiro de 2021 sobre o estado da corrupção no Haiti, as causas identificadas em 2009 permanecem válidas. O especialista independente sobre a situação dos direitos humanos no Haiti também identificou deficiências institucionais, particularmente em relação à função do sistema judicial e à organização das eleições. Essas deficiências incentivam a corrupção ao dificultar a aplicação de regras que “obedecem a uma lógica de poder arbitrário sem controle democrático” (PNUD, 2021)

A Unidade Anticorrupção (ULCC) destaca que "a corrupção afeta todas as engrenagens do Estado" de diversas formas, tais como suborno, peculato, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro oriundo de crimes econômicos, tráfico de influência, nepotismo, evasão fiscal, superfaturamento de serviços prestados ao Estado, subfaturamento de royalties para o Estado, peculato e adjudicação ilegal de contratos públicos. A independência do sistema judicial continua a ser um grande desafio. Fraquezas no sistema de rastreamento resultam em uma virtual ausência de condenações por corrupção. Por exemplo, dos 46 processos encaminhados pela ULCC ao Ministério Público desde sua criação em 2004, apenas dois resultaram em condenações. O Comitê de Direitos Humanos, um mecanismo composto por especialistas independentes responsáveis pela análise da implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, manifestou preocupação com a interferência no funcionamento da justiça, especialmente no contexto da seleção de

juízes e intervenções em determinadas decisões judiciais. Para abordar as deficiências observadas, o Comitê destacou a importância de reforçar o papel de inspeção do Conselho Superior da Magistratura (NAÇÕES UNIDAS,2022).

O relatório questiona a falta de independência do judiciário e a ausência de medidas eficazes para combater a corrupção. Apesar da mobilização de várias iniciativas da sociedade civil, a ausência de um diálogo nacional sustentado e inclusivo entre diferentes setores da sociedade, como o setor privado formal e informal, o setor público eleito e nomeado, a sociedade civil e a diáspora, limita o desenvolvimento de uma agenda comum para combater a corrupção. A falta de acesso à informação, principalmente devido à ausência de mecanismos que implementem o direito de acesso à informação conforme previsto em tratados internacionais aos quais o Haiti aderiu, alimenta a percepção de corrupção sistêmica. Manifestações de corrupção enfraquecem a coesão nacional e geram desconfiança nas instituições públicas. Além disso, observadores notam uma tendência de atribuir a culpa pela proliferação da corrupção a indivíduos e grupos frequentemente associados a interesses corporativos, o que contribui para a fragmentação sociopolítica em um contexto já caracterizado por uma governança cada vez mais criticada (NAÇÕES UNIDAS,2022).

4.2. NIVEL EDUCACIONAL

Segundo a observação dos representantes do UNICEF e UNESCO a educação é o principal meio que permite que crianças, jovens e adultos economicamente e socialmente marginalizados saiam da pobreza e se dotem dos meios para participarem plenamente na vida de sua comunidade. No entanto, isso ainda não é o caso no Haiti. A maioria das crianças e adultos que não desfrutam plenamente do direito à educação pertence aos grupos mais desfavorecidos e excluídos da sociedade, que são frequentemente negligenciados na política nacional. O sistema educacional haitiano é caracterizado por deficiências na taxa de matrícula, apesar do progresso, e desigualdades no desempenho entre áreas urbanas e rurais e entre diferentes regiões (NAÇÕES UNIDAS,2022)

De acordo com dados mais recentes disponíveis, o sistema educacional consiste em um setor público, que representa aproximadamente 70% e um setor não público em rápido crescimento, que abrange os outros 30%. Esse aumento na demanda por escolas não públicas contribui para elevar o custo da educação para

cerca de 15 a 25% da renda familiar. Essa situação é agravada na região metropolitana de Porto Príncipe pela violência causada por gangues armadas, o que faz com que o pessoal, especialmente os professores, evitem áreas como La Saline, Bel-Air, Pont-Rouge, Cité Soleil e Martissant por questões de segurança. Essas restrições dificultam a melhoria do desempenho educacional. (MENFP,2019)

Em termos de acesso à educação, aproximadamente 18% das crianças entre 6 e 11 anos estão fora da escola, sendo 22% em áreas rurais e 14% em áreas urbanas. Além disso, em 2009/2010, cerca de 71% dos alunos matriculados no pré-escolar e 75% dos alunos do 3º ciclo do ensino básico estavam em idade superior à esperada para suas séries. Isso indica uma alta taxa de repetição e evasão escolar. Apenas cerca de 28% das crianças de 14 anos ingressam no ensino secundário, enquanto quase um terço das pessoas de 17 anos ainda estão matriculadas no ensino fundamental. (MENFP,2019)

Além das deficiências no sistema educacional, o Haiti enfrenta um déficit significativo de capital humano. O acesso à educação e aos cuidados de saúde de qualidade são essenciais para proporcionar oportunidades de vida e emprego decente. Segundo o Índice de Capital Humano do Banco Mundial, em 2020, o Haiti registrou um índice de 0,45, o que significa que uma criança nascida hoje no Haiti terá, quando adulta, apenas 45% da produtividade que poderia ter se tivesse acesso pleno à saúde e educação. A taxa de participação no mercado de trabalho, com base em dados de 2010, é de 56,9% no geral, com 66% para homens e 48,4% para mulheres. O setor informal prevalece, representando 94% dos empregos em 2010, enquanto o setor privado formal e o setor público representavam apenas 5% e 3%, respectivamente, do mercado de trabalho (NAÇÕES UNIDAS,2022).

4.3. DESASTRES NATURAIS

A urbanização torna o Haiti mais vulnerável a catástrofes naturais. Ao mesmo tempo, exerce uma pressão crescente sobre o ambiente e leva as populações a se instalarem em grande número em locais vulneráveis, mesmo cientes dos riscos. Essa instalação em zonas urbanas geralmente ocorre em áreas mais baratas, menos acessíveis e mal servidas, que estão mais expostas a catástrofes. Inundações, furacões e terremotos têm uma intensidade considerável nas áreas urbanas, tornando

as populações urbanas precárias e informais particularmente vulneráveis (BANCO MUNDIAL,2021).

Devido à distribuição geográfica dos municípios, é importante notar que as áreas urbanas são as mais vulneráveis às inundações. Vinte e sete municípios estão localizados em áreas mais propensas a inundações. A violência dos furacões também parece ser mais pronunciada nas áreas urbanas, afetando dois terços das comunidades urbanas e mais de 70% da população urbana com furacões de médio a alto impacto (BANCO MUNDIAL,2021).

As áreas urbanas do Haiti experimentaram uma expansão considerável nas últimas duas décadas, quase sem planejamento ou regulamentação. Esse crescimento não planejado exacerbou a vulnerabilidade do ambiente físico e das populações que o ocupam. Além disso, é preocupante observar que os recém-chegados tendem a se instalar em áreas não só expostas a riscos de catástrofes, mas que por vezes também oferecem alguma proteção natural contra esses riscos, como os ecossistemas costeiros. A lenta degradação ambiental, por sua vez, aumenta a vulnerabilidade de todo o país aos desastres naturais (BANCO MUNDIAL,2021).

Quadro 3 – Frequência e impacto dos desastres naturais (1971-2014)

País / grupo	Nº de desastres naturais	Nº de desastre por ano	Nº de desastre por mil Km ²	Nº de desastres por milhão de habitante	Número de mortes por milhão de habitante	Perdas sofridas pelo PIB (%)
Haiti	136	3,1	4,9	13	1.855	0,22
Dominicana	60	1,4	1,2	6	311	0,05
Jamaica	34	0,8	3,1	13	102	0,00
Nicarágua	66	1,5	0,5	11	2.363	0,33
Honduras	70	1,6	0,6	9	3.298	0,40
El Salvador	51	1,2	2,5	8	687	0,34
Guatemala	82	1,9	0,8	5	1.754	0,12
Costa Rica	58	1,3	1,1	12	72	0,04
Panamá	46	1,0	0,6	12	80	0,01
Outros país caribenhos	129	2,9	0,3	30	86	0,19

Fonte: base de dados EM-DAT de OFDA/CRED

Além disso, os efeitos destas catástrofes naturais são muito mais graves em Haiti, trando a vulnerabilidade e maiores fragilidades institucionais. O Haiti parece um pouco mais exposto a desastres naturais do que alguns outros países do Caribe, mas

também é mais vulnerável. Mesmo se excluirmos as estatísticas dados relativos ao terremoto de 2010, o número de mortes em relação à população é muito elevado, só encontrando equivalente em Honduras e Nicarágua. No Haiti, a densidade da população e a sua limitada capacidade de resistência são refletidas em um grande número de vítimas de catástrofes naturais. A este respeito, uma comparação entre o Haiti e a República Dominicana, dois países que compartilham a mesma ilha é edificante. De 1971 a 2014, o número de desastres ligados às condições climáticas foi mais que o dobro no Haiti do que na República Dominicana, principalmente porque o Haiti experimentou mais de o dobro das inundações causadas por tempestades e três vezes mais episódios de seca do que a República Dominicana.

A rápida urbanização também apresenta o risco de aumentar o clima de violência. A violência juvenil muitas vezes surge como uma reação ao sentimento de exclusão social e econômica, uma percepção que pode ser facilmente explorada por grupos de interesse político. A migração rápida para áreas urbanas, em um contexto de pobreza, desemprego, marginalização política e social, acesso limitado aos serviços e má gestão dos assuntos públicos, pode incentivar a formação de gangues que recrutam jovens vulneráveis. (BARTON, D.; MARY,2016)

Evidências indicam que a migração está associada a um aumento da violência à medida que os laços sociais se enfraquecem. Os novos imigrantes correm o risco de se tornarem mais isolados das redes sociais locais capazes de oferecer apoio econômico e social. As queixas geradas pelos problemas mencionados acima também alimentam conflitos inter-regionais, minando a coesão social e reduzindo a capacidade de muitas comunidades de empreender ações produtivas em grupo. (BARTON, D.; MARY,2016)

Neste contexto desfavorável, a migração tornou-se a rota preferida dos haitianos em busca de uma vida melhor. O Haiti registra uma alta taxa de migração interna, especialmente do êxodo rural, à medida que as melhores condições para o desenvolvimento econômico e serviços são encontradas nas áreas urbanas. Além disso, ao longo do século XX, muitos haitianos emigraram para o exterior por razões políticas e econômicas, o que levou à formação de uma grande diáspora. (BARTON, D.; MARY,2016)

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta monografia foi analisar a evolução da economia haitiana e investigar seus principais obstáculos ao crescimento entre 1980 e 2010. Em 1º de janeiro de 1804, o Haiti declarou sua independência do Primeiro Império Francês, tornando-se o primeiro país latino-americano independente. No entanto, essa conquista foi seguida por um caminho difícil, repleto de revoltas, ataques e repressões.

As ideias de North na teoria institucional determinam que o nível de desenvolvimento de uma economia depende da forma como são as instituições consolidadas em cada sociedade, isto é, regras formais (aquelas nas leis) ou informais (as de costume), criadas pelas pessoas para garantir interação entre elas. Pois, diferentes níveis de desenvolvimento estão totalmente relacionados às matrizes institucionais que vigoram em cada país. A república do Haiti nasceu endividada.

Um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento foi o pagamento de uma enorme dívida à França, seu antigo colonizador, como condição para o reconhecimento de sua independência. Essa dívida, paga durante 127 anos, prejudicou gravemente a economia do país e dificultou seu progresso institucional. O valor de 150 milhões de francos que o Haiti deveria pagar à França equivale a uma quantia significativa, especialmente considerando que representa aproximadamente dez anos de receita fiscal do Haiti. Isso indica uma enorme carga financeira para o país, especialmente considerando seu contexto econômico e social já desafiador. O fato de os governos do Haiti terem que recorrer a empréstimos com taxas de juros altas para pagar essa dívida destaca um ciclo preocupante de endividamento. Essa prática de fazer dívidas para pagar dívidas pode criar uma situação de armadilha financeira, na qual o país se torna cada vez mais dependente de empréstimos para cumprir suas obrigações financeiras. Além disso, a ocupação americana em 1914 agravou ainda mais a situação. Durante essa ocupação, os Estados Unidos saquearam as reservas de ouro e divisas do Haiti, causando danos econômicos significativos.

Estruturalmente, segundo Furtado, a necessidade de diagnosticar a problemática dos sistemas econômicos nacionais, em diferentes fases de subdesenvolvimento, levou-o a aproximar a análise econômica do método histórico.

O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais.

Ao longo dos anos, o Haiti enfrentou instabilidade política, com golpes de estado e conflitos entre o poder executivo e o parlamentar. Essa falta de estabilidade dificultou os esforços para promover o crescimento econômico e melhorar as condições de vida da população. Essa história turbulenta foi marcada por recessões econômicas e profundas dificuldades. Hoje, o Haiti é considerado o país mais pobre das Américas, refletindo os desafios persistentes que enfrentou ao longo de sua trajetória. A análise ressalta a presença de uma série de fatores estruturais que contribuem para a instabilidade no Haiti, incluindo corrupção, impunidade, desastres naturais e conflitos entre setores-chave como economia, política e segurança. Diante desse contexto complexo e desafiador, o desenvolvimento de programas de médio e longo prazo para abordar questões prioritárias enfrentará dificuldades significativas.

Além disso, contrapondo-se à ideia de que as causas do subdesenvolvimento são obstáculos internos, as análises da CEPAL destacaram as relações entre países, baseando-se na concepção do sistema centro-periferia. O centro era constituído pelos países tecnologicamente avançados, enquanto os países produtores e exportadores de matérias-primas constituíam a periferia. Os Cepalinos constataram que o modelo primário-exportador não representava uma oportunidade viável de desenvolvimento para a América Latina, concluindo que era necessário criar um novo modelo, via processo de industrialização.

No Haiti, a agricultura e a pesca representam cerca de 20% do PIB e empregam metade da população ativa. Contudo, a contribuição da agricultura para a economia tem diminuído desde a década de 1980, e o Haiti deve importar uma parcela extremamente grande dos produtos agrícolas que consome. Vários constrangimentos pesam sobre a produtividade agrícola, como a falta de acesso dos pequenos produtores às tecnologias necessárias, à água para irrigação e às instalações de armazenamento e processamento. A infraestrutura rodoviária também está em más condições, limitando o acesso ao mercado para os agricultores e famílias rurais pobres, que também enfrentam dificuldades para obter crédito.

Uma visão estratégica com prioridades, um Plano de Investimento Público e um Pacto Fiscal com o setor privado são considerados necessários. Para alcançar esses objetivos, o processo deve ser participativo, envolvendo o setor público, a sociedade privada e civil, a fim de evitar a repetição dos erros cometidos no passado,

especialmente no contexto dos Programas de Ajustamento Estrutural. Essa dinâmica pode agravar ainda mais os problemas econômicos do Haiti e dificultar a implementação de políticas e programas voltados para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Portanto, é crucial para o Haiti encontrar soluções sustentáveis para lidar com suas obrigações financeiras e buscar alternativas viáveis para garantir sua estabilidade econômica e financeira a longo prazo.

A busca do Estado do Haiti pela consolidação do Estado de direito e legitimidade por meio do fornecimento de serviços, conforme previsto na Constituição de 1987, tem enfrentado muitos percalços. A governança política, econômica e administrativa enfrenta bloqueios devido à disfunção do aparelho estatal e à persistência das restrições de capital social, dificultando a criação de um ambiente de confiança social.

Desde 1986, observa-se uma tendência de informalização da sociedade, em vez de um fortalecimento das instituições e do diálogo necessário para uma boa governança. O governo haitiano possui reflexões estratégicas globais e setoriais, mas integrá-las em uma estrutura, preencher lacunas existentes, quantificar recursos necessários para implementá-las e discuti-las com a sociedade seriam passos notáveis para restaurar a confiança interna e externa no país.

O diálogo entre os intervenientes nacionais e internacionais na governação continua sendo um desafio para a sociedade haitiana, tornando a parceria uma ferramenta crucial para esse diálogo. Após vários anos de crise política, assinar um acordo parece ser uma condição necessária para a estabilidade política, crescimento econômico e criação de empregos produtivos. No entanto, um acordo político por si só pode não resolver as restrições ao crescimento sustentável humano, especialmente aquelas relacionadas a questões políticas, econômicas e administrativas.

No entanto, é importante reconhecer que o povo haitiano, ao longo de sua história de mais de dois séculos, demonstrou uma determinação contínua em lutar pelos seus direitos humanos e pela busca da liberdade. Em meio aos desafios climáticos cada vez mais intensificados, a necessidade de acelerar o progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável torna-se mais urgente do que nunca. Neste contexto, a importância das emergências humanitárias e os riscos associados à instabilidade política destacam a necessidade de uma abordagem abrangente baseada nos princípios de humanitarismo, paz e desenvolvimento. A

análise representa um primeiro passo importante para o desenvolvimento de um quadro de cooperação que priorize as necessidades e as prioridades específicas do país.

REFERÊNCIAS

AROSTEQUI, Júlio. **A pesquisa histórica, teoria e método**. Editora: Barcelona,2006.

BANCO MUNDIAL. **Haiti um país extremamente vulnerável a desastres naturais: port-au prince** .2021.

BANCO MUNDIAL. La banque mundial em Haiti. Port-au-prince.2021. Disponível em: <https://www.banquemondiale.org/fr/country/haiti/overview> . Acesso em: 15 maio .2023.

Baron. **Rançon de l'indépendance, payée par Haïti à la France**. Port- au-prince.2022. Disponível em: <https://www.ledevoir.com/economie/714555/analyse-la-rancon-de-l-independance-payee-par-haiti-a-la-france-remise-en-lumiere> . Aceso em 25 outubro 2023.

BARTON, D.; MARY, **A. Oportunidade para todos- diagnósticos sistemáticos dos países**.2015. Banco mundial Relatório no 99566. Haiti, 2016 Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documentsreports/documentdetail/444921468184438704/ha%C3%AFti-des-opportunit%C3%A9s-pour-tou> Acesso em: 10 de março. 2023.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo, 1980.

FURTODO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, 1967.

CEPAL. **A pobreza no Haiti: situação, causas de políticas de saída**. Por-au-prince, 2005

CEPAL. **Relatório da evolução econômica do Haiti**. Mexico, 1982.

CEPAL. **Relatório da evolução econômica do Haiti**. Mexico, 1993.

CEPAL. **Relatório da evolução econômica do Haiti**. Mexico, 1999.

CEPAL. **Relatório da evolução econômica do Haiti**. Mexico, 2001.

CEPAL. **Relatório da evolução econômica do Haiti**. Mexico, 2010.

Gaillard-Pourchet. **Permanences, évolutions et incidences d'une pratique de relations inégales au XIXe siècle**. Paris, 2019

GALA, Paulo. **A Teoria Institucional de Douglass North**, Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 02 setembro 2023

GIL, Antônio Carlos. **Técnica de Pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE. **Le 4ieme Recensement general Populacional et de habitante** Port-au-prince, 2003.

JONES, C. I. **Introdução a teoria de crescimento econômico**. Editora: Elsevier Editora, 2014.

MINISTERE DE L'ÉDUCATION NATIONALES ET DE LA FORMATION PROFESSIONELLE (MENFP). **Planifier l'éducation, préparer le futur** Port-au-prince 2019. Disponível em https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/haiti_menfp_plan_decennal_education_decembre2020.pdf Acesso em: 10 julho 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES –MRE/ **Departamento de Promoção Comercial e Investimentos** – DPR/ Divisão de Inteligência Comercial – DIC. Haiti: Comércio Exterior. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Analyse commune de pays**. Port - au-prince, 2022.

North. Douglass C. **Institutions, intituional change and economic performance**, Cambridge University Press 1990.

PERROUX, F. **L'économie du XXe siècle**, Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Haiti 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22> Acesso em: 10 abril 2023.

RODRIGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Jose Aderir Silva. A Tecnologia na Teoria do Crescimento Econômico: **Revista pesquisa e debate V32 n.1(52) (2020)**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/46021> Acesso em: 13 junho .2023